

ALMEIDA, N. de B. e CANDIDO DA SILVA, M. (Orgs). *Poder e construção social na Idade Média: História e Historiografia*. Goiânia: UFG, 2011, 294p.

Igor Salomão Teixeira<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resenha recebida em: 22/12/2012  
Resenha aprovada em: 15/01/2013

---

Há alguns anos o Laboratório de Estudos Medievais (LEME-USP/UNICAMP) movimentou o mercado editorial brasileiro com publicações instigantes sobre a Idade Média. Textos como *Inventar a Heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição*, organizado por Monique Zerner (2009), *A Cavalaria*, de Dominique Barthélemy (2010) e *Cidades e Sociedades Urbanas na Itália Medieval: séculos XII-XIV*, de Patrick Gilli (2011) contribuem para a renovação de bibliografia disponível em português e para a aceleração do intervalo entre as publicações originais e as traduções. Mas o grupo organizado e dirigido pelos professores Marcelo Cândido da Silva (USP) e Néri de Barros Almeida (UNICAMP) também publica obras coletivas que visam a reflexão historiográfica. Por exemplo, a obra *A Idade Média entre os séculos XIX e XX* (2008) e, mais recentemente, *Pourquoi étudier le Moyen Âge? Les médiévistes face aux usages sociaux du passé* (2012). Nesse contexto, a obra *Poder e construção social na Idade Média: história e historiografia* (2011) é uma interessante contribuição. Resenhar esta obra é o objetivo deste texto.

Um dos objetivos da obra é propor uma reflexão sobre as tensões entre a história cultural e a história política tradicional e, com isso, explorar a chamada nova história política. A coletânea é dividida em duas partes: as especificidades do poder na Idade Média e a construção historiográfica da Idade Média e sua relação

---

<sup>1</sup> E-mail: [teixeira.igor@gmail.com](mailto:teixeira.igor@gmail.com)

com conflitos políticos contemporâneos. No primeiro aspecto, os problemas abordados são “as formas de atuação do poder responsáveis pela instituição de categorias sociais que reordenam, em um dado momento e de forma eficaz, toda a sociedade” e “a relação entre ideologia, gêneros textuais e categorias tradicionais de interpretação historiográfica”. No segundo aspecto, a construção contemporânea da Idade Média é considerada a partir das implicações de concepções como nação e Europa.

Sete textos compõem a primeira parte da obra, que é dividida em dois blocos temáticos. O primeiro conjunto de textos oferece-nos um panorama que abrange desde o reino dos francos à formação dos juristas no século XV. O segundo bloco apresenta questões relacionadas a processos de cristianização no século VII, a entronização da batalha de Ourique como mito fundador da monarquia portuguesa no século XII e a construção de uma tradição hagiográfica no século XV. A segunda parte da obra é composta por dois textos.

De uma maneira geral, a obra apresenta estudos com recortes cronológicos e temáticos diversificados: as penínsulas ibérica e itálica; o reino dos francos e dos capetíngios. Os capítulos também refletem a diversidade institucional dos autores colaboradores. São quatro instituições brasileiras (UFGM, UnB, UNICAMP e USP) e cinco instituições francesas (CNRS/Auxerre-Dijon, Université de Lyon, Montpellier III, Paris I e X).

Essas características impõem um questionamento: há um conceito homogêneo de poder que permeia a obra? Não existe um conceito de poder capaz de abranger diferentes *corpora* documentais para diferentes sociedades em momentos distintos. Sendo assim, *Poder e construção social na Idade Média* revela sua principal característica: a pesquisa empírica e a reflexão aprofundada para cada contexto e documentação analisados pelos autores.

No capítulo “A ideologia do poder no reino dos francos”, escrito por Régine Le Jan, o tema principal é a relação entre poder e registro de acontecimentos para a construção de ideologias e identidades. A autora, professora de história medieval na universidade Paris I, aborda as relações entre a realeza e as elites na época merovíngia para a formação de “uma poderosa ideologia monárquica”. Segundo o texto, a memória coletiva no caso das identidades dos povos bárbaros está “pautada em um passado reconstruído, e a fundação de um reino”. Esse processo traduz “a emergência de uma consciência comum que se funda nas origens,

se constrói no reino e se projeta no futuro”.<sup>2</sup> Esta passagem permite a análise de aspectos da relação que os francos estabelecem com o passado troiano, por exemplo.

A questão das origens comuns e o processo ideológico para a fundação de uma identidade também são temas abordados por Bruno Dumézil no texto sobre a “conversão dos varasques do Jura no século VIII”. O autor, *maître de conférences* de história medieval na universidade Paris X, analisa as relações entre paganismo, heresia e cristianização no Além-Jura e constata que a instrumentalização discursiva – “mítica ou histórica” – dos varasques (que seriam acusados de “heresia” e seriam pagãos convertidos que podiam apresentar um cristianismo sem “grande pureza doutrinária”) é importante no sentido de que “seu nome servia provavelmente de fundamento a uma identidade regional, assentada sobre o sentimento de uma origem étnica comum”. Sendo assim, Dumézil aborda o processo de cristianização naquela região e os conflitos e acusações de “desvio religioso” dos varasques jurassianos. O autor conclui que “o argumento do desvio religioso servia para concluir o disciplinamento das elites locais” e que serviu para “justificar a integração mais estreita de uma região marginal ao seio do *regnum Francorum*”.<sup>3</sup>

Também tratando de questões ideológicas Eliana Magnani, pesquisadora do Centre National de la Recherche Scientifique/Auxerre, apresenta uma análise de uma imagem em um manuscrito do século XI. Trata-se da imagem da doação feita por Felipe I (1052-1108) a São Martinho de Champs. Segundo a autora, a imagem possui uma relação com um diploma real e está imbricada no texto, não sendo uma imagem com um “discurso autônomo”. Sendo assim, analisa como se dá a relação entre texto e imagem e conclui que a imagem apresenta um “círculo alargado e ordenado hierarquicamente em torno do rei e, conseqüentemente, da abadia que ele patrocina”.<sup>4</sup>

As reflexões realizadas por Néri de Barros Almeida e Maria Eurydice de Barros Ribeiro sobre Portugal no final da Idade Média também tratam de questões relacionadas à ideologia. No primeiro caso, a autora aborda o contexto de literalização da *Vida de Santo Amaro* no século XV e a atuação dos cistercienses do mostei-

---

<sup>2</sup> LE JAN, R. “A ideologia do poder no reino dos francos”, p. 19-46.

<sup>3</sup> DUMÉZIL, B. “A conversão dos varasques do Jura no século VIII: missão ou cristianização?”, p. 109-126.

<sup>4</sup> MAGNANI, E. “Hierarquia e autoridade capetíngia no século XI: imagem e texto”, p. 47-62.

ro de Alcobaça na construção de um conjunto de textos “ideológico-propagandísticos produzidos em ambiente monástico, ligados à política real portuguesa durante o final da Idade Média”.<sup>5</sup>

No segundo caso, a professora da UnB, Maria Eurydice Ribeiro trata das implicações das constantes referências à batalha de Ourique, ocorrida em 1139, tanto para a história de Portugal quanto para a historiografia sobre Portugal. A autora analisa a “importância histórica que o acontecimento adquiriu ao longo do tempo” e como a fixação da data em 25 de julho daquele ano, do local, e, principalmente, do suposto juramento prestado pelo rei Afonso Henriques acalentaram debates que perpassam desde a concepção da história como ciência no século XIX à renovação de áreas como a heráldica para o entendimento do passado medieval. Sendo assim, a autora apresenta os argumentos que consideraram como “falsas” as crônicas e documentação produzida nos séculos finais da Idade Média sobre a batalha de Ourique. Ao final do texto, analisa a construção iconográfica dos símbolos da monarquia portuguesa como reino independente.<sup>6</sup> Neste aspecto, o texto de Maria Eurydice dialoga com o texto de Eliana Magnani. Embora as autoras tratem de representações iconográficas em diferentes suportes e cronológica e espacialmente distintas, as leituras sobre os símbolos apresentados pela doação de Felipe I e dos escudos dos reis de Portugal revelam a importância desse tipo de análise tanto para o entendimento do universo simbólico medieval quanto para o entendimento da construção de ideologias.

Esses textos explicitam a proposta da obra: analisar as relações entre identidade, memória coletiva e poder, na Idade Média, considerando a dimensão literária e imagética utilizadas como recursos de linguagem.

Os textos de Patrick Gilli e Carlos Roberto Figueiredo Nogueira tratam da formação do universo jurisdicional e da alta complexidade de conflitos, como as tensões entre poder temporal e espiritual. O primeiro, especialista da história urbana da península itálica, analisa o surgimento do jurista a partir do renascimento do direito no século XII com a redescoberta do *Corpus iuris civilis*. Segundo Gilli, que é professor na universidade de Montpellier III, a complexidade comunal refletida nas tensões entre a “aristocracia tradicional”, a “nova cavalaria” e a ascensão

---

<sup>5</sup> ALMEIDA, N. de B. “Narrativa mítica e dimensões da unidade política cristã: a *Vida de Santo Amaro* no contexto ibérico de sua literalização (século XV)”, p. 127-157.

<sup>6</sup> RIBEIRO, M. E de B. “A Batalha de Ourique: entre o acontecimento e o mito”, p. 159-178.

de um “grupo mercantil poderoso” configurou uma multiplicidade de conselhos representativos e, conseqüentemente, o aumento do recurso às instâncias judiciais para a resolução de conflitos. Sendo assim, juristas e especialistas, os doutores das leis assumiram postos de nobreza. Patrick Gilli considera, então, como os doutores constituem-se como um grupo que visava esta proeminência e se inseria naquelas relações conflituosas. O autor conclui que o enraizamento dos juristas nas sociedades urbanas e como grupo de nobres deu-se a partir da utilização de textos justinianos para a criação de uma identidade de nobreza. Identidade esta calcada na “utilidade social” e na “dignidade do saber”.<sup>7</sup>

Carlos Roberto Nogueira examina as atitudes de D. Pedro I (rei português no século XIV) frente à Igreja e à religiosidade. Essa proposta, que trata do mesmo período que o capítulo escrito por Patrick Gilli, está relacionada às pesquisas sobre “poder e relações de solidariedade no Portugal Medieval” desenvolvidas pelo professor Nogueira na Universidade de São Paulo. Segundo o autor, as tentativas de D. Pedro I de limitar o controle do clero e a necessidade de preservar privilégios legitimados pela tradição concomitantes às atitudes de uma suposta “proteção real às minorias religiosas” produziram uma “tentativa frustrada de obter um equilíbrio social”.<sup>8</sup> As considerações do autor são importantes, principalmente se considerarmos também a análise de Gilli. Ou seja, a presença de tensões jurídicas nas relações entre Rei e Papa dão a dimensão da importância do universo jurídico e dos juristas na sociedade medieval.

A obra finaliza com dois capítulos sobre a historiografia medievalística. Daniel Valle Ribeiro, professor titular aposentado de história medieval da UFMG, analisa a construção da Alta Idade Média como um objeto de reivindicação de um passado identitário para a Europa e, com isso, sintetiza um conjunto de reflexões feitas por autores de diferentes regiões.<sup>9</sup> Denis Menjot, professor de história medieval da universidade de Lyon II, apresenta um texto sobre a historiografia espanhola sobre a Idade Média. O autor apresenta sua contribuição com o objetivo e “risco de apresentar um ensaio de interpretação e de síntese”. Para Menjot, a relação da historiografia espanhola com a “diferença” é a principal característica no

---

<sup>7</sup> DUMÉZIL, B. “Dignidade e nobreza dos juristas: lugar e formação da ciência legal na Idade Média, especialmente na Itália (séculos XII a XV)”, p. 63-91.

<sup>8</sup> NOGUEIRA, C. R. F. “Tradição jurisdicional e conflito social durante o reinado de Pedro I de Portugal”. p. 93-105.

<sup>9</sup> RIBEIRO, D. V. “A Alta Idade Média e os prenúncios da ideia de Europa”. p. 181-210.

início do período compreendido na sua análise, o século XIX. A “diferença” está expressa no processo de constituição tanto de uma identidade espanhola quanto das identidades regionais na Espanha. O autor aponta que os séculos finais da Idade Média são mais estudados pelos historiadores espanhóis e uma das razões apresentadas é a profusão de fontes e o “desaparecimento” do latim na Castela do século XIII, o que facilita, inclusive, o acesso. A argumentação ganha fôlego e respaldo no detalhado levantamento bibliográfico apresentado ao final do texto. Além disso, o autor aponta que o excesso de regionalização ou diminuição da amplitude espacial do alcance das análises dos estudos mais recentes produz uma historiografia marcada por certo “isolamento disciplinar e pela ausência de diálogo com as outras ciências sociais”.<sup>10</sup>

A conclusão de Menjot é salutar e serve para a discussão sobre constituição de uma “medievalística brasileira”. Os estudos sobre a península ibérica, principalmente nos séculos finais da Idade Média, predominam na temática de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas no Brasil. Certamente, a relação histórica que o Brasil possui com seu passado colonial português é um importante argumento para explicar essa característica. Há, nesse predomínio, também a questão do idioma, como aponta Menjot para o caso espanhol.

A obra *Poder e construção social na Idade Média: história e historiografia* atende às necessidades que emanam dos congressos e reuniões de grupos de pesquisa brasileiros sobre a Idade Média: a necessidade de refletir sobre o fazer historiográfico, sobre as características e limites da nossa produção, bem como é mais um indício da profícua internacionalização da formação de pesquisadores brasileiros e seus interlocutores fora do país.

---

<sup>10</sup> MENJOT, D. “A historiografia da Idade Média espanhola: da história da diferença à história das diferenças”, p. 211-291.